

O LUGAR DO ‘MARXISMO ANALÍTICO’ NO MARXISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA METODOLOGIA DOS PROGRAMAS DE PESQUISA CIENTÍFICA.

Ian Coelho de Souza Almeida
Doutorando em Economia pelo Cedeplar/UFMG

RESUMO

A intenção do artigo é entender a forma como se encaixa dentro do pensamento uma vertente específica do Marxismo, o Marxismo Analítico (MA). Iniciada no fim da década de 1970, o essa corrente de língua inglesa do Marxismo pode grosseiramente ser resumida enquanto uma aproximação entre Marx e o *mainstream* da ciência econômica contemporânea. Para alcançar nosso objetivo, utilizamos as análises do Marxismo enquanto um Programa de Pesquisa Científico (PPC- como formulado por Lakatos) para compreender até que ponto o MA pode ser considerado uma contribuição progressista para o PPC. A conclusão final é que o MA não deve ser considerado parte de um PPC Marxista.

Palavras-chave: Marxismo Analítico; Metodologia; Programa de Pesquisa Científico

Área Temática: História Econômica e Demografia Histórica

1 INTRODUÇÃO

O Marxismo Analítico atraiu grande atenção desde os primeiros trabalhos, no final da década de 1970. Essa vertente de língua inglesa do marxismo, com seus principais nomes concentrados nas Universidades da Califórnia, Chicago, Cornell, Wisconsin e Oxford¹, buscava adaptar o trabalho de Marx a uma metodologia que consideravam de maior rigor, e que representava o estado da arte no estudo das ciências sociais. Sendo assim, esse grupo heterogêneo fez uma análise baseada na filosofia analítica e no individualismo metodológico, incluindo aplicações de Equilíbrio Geral e Teoria dos Jogos.

Ao longo do tempo muitas críticas foram tecidas a essa forma de análise, apontando os graves erros e deformações que esse tipo de abordagem trazia à teoria, e o modo duvidoso como ela era apoiada por autores que eram notoriamente antimarxistas. De maneira mais ou menos concomitante, a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica (MPPC) de Imre Lakatos ganhava espaço cada vez maior, proliferando as análises e definições de quais seriam os Programas de Pesquisa existentes e seu modo de evolução. Dentre esses programas está o Marxista, que alguns autores se dedicaram a identificar.

Partindo dessa definição da existência de um Programa de Pesquisa Científica (PPC) Marxista, diferentes autores analisaram as contribuições de teóricos do Marxismo ao longo do tempo, e como esses últimos poderiam se encaixar ou não como modificações progressistas para o programa. No entanto, ao Marxismo Analítico (MA) pouco espaço foi dado dentro dessas considerações, sendo esse o objetivo desse trabalho.

Sendo assim, para aprofundar o entendimento do MA como parte de um PPC Marxista, dividimos esse trabalho em outras quatro partes. Primeiramente definiremos a MPPC de Lakatos, apresentando, posteriormente, trabalhos que tentaram delimitar o que seria um PPC Marxista. Na quarta seção analisamos o MA dentro desses parâmetros, e por último concluímos.

2 AMETODOLOGIA DOS PROGRAMAS DE PESQUISA CIENTÍFICA DE IMRE LAKATOS

Ganhado grande notoriedade a partir de meados de década de 1960, em oposição à antes dominante visão falsificacionista popperiana, e em disputa com os paradigmas kuhnianos e demais filósofos da ciência pós-positivistas, Imre Lakatos desenvolve uma demarcação entre o que é ciência e o que não é, e como se dá sua evolução, com sua Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. Um de seus méritos é evitar o que Blaug (1975, 400) identifica como “long standing puzzle about the relationship between positive history of science and normative methodology of Science”. A solução desse quebra-cabeça consiste em não narrar a história da ciência sem antes determinar o que é uma boa prática científica (como é o caso dos indutivistas), tampouco determinar essa boa prática científica sem conseguir demonstrar que a história da ciência avançou segundo a mesma (como fazem os falsificacionistas).

¹Roemer (19993, p.1-2)

A dinâmica essencial dos Programas de Pesquisa Científica, e algo que o difere diametralmente de Kuhn, é a convivência e desenvolvimento simultâneos de conflitantes programas de pesquisa (algo que não acontecia com a ideia de paradigmas), que podem substituir um ao outro enquanto o aquele mais utilizado e progressivo em um período histórico a depender não só da sua adequação à realidade e às provas empíricas, mas também do estado dos demais programas. Este ponto será melhor elucidado após entendermos o que constitui cada programa de pesquisa, ou seja, o que faz com que cada um deles seja considerado como base de um conhecimento científico.

Um PPC é composto por uma *heurística negativa* e uma *heurística positiva*. A primeira é responsável pela desvio de contestação do *núcleo duro* do programa, uma delimitação do caminho da pesquisa, evitando a negação daquilo que é “irrefutável” por decisão metodológica de seus protagonistas” (LAKATOS, 1979, p.163-4). Já a *heurística positiva* diz respeito às hipóteses auxiliares, que são desenvolvidas ao longo do tempo como forma de proteger o núcleo duro das refutações que possam aparecer e ao mesmo tempo formular novas previsões a serem colocadas à prova. É a formação de um cinturão protetor. (*Ibidem*). Em resumo:

A heurística negativa do programa nos proíbe dirigir o *modus tollens* para esse “núcleo”. Ao invés disso, precisamos utilizar nosso engenho para articular ou mesmo inventar “hipóteses auxiliares”, que formam um cinto de proteção em torno do núcleo, e precisamos redirecionar o *modus tollens* para elas. (LAKATOS, 1979, 163)

Mesmo definindo que um PPC consiste em uma heurística negativa e uma positiva, como saber qual conjunto (conjunto de que?) pode ser considerado o núcleo duro de um programa de pesquisa? Bernstein (1981) recorre a Laudan (1977) para esclarecer esse ponto, alegando falta de clareza nas definições de Lakatos: “a research tradition is a set of general assumptions about entities and processes in a domain of study, and about the appropriate methods to be used for investigating the problems and constructing the theories in that domain.” (Laudan, 1977 *apud* Bernstein, 1981). Uma das preocupações é que não se confunda um tradição de pesquisa (TP)² com as teorias neles incluídos. Enquanto as últimas são utilizadas como respostas específicas a perguntas, uma TP tem uma função de certa forma normativa, na qual as teorias a serem desenvolvidas devem ter sua inspiração. Nesse aspecto, consideramos o PPC de Lakatos similar ao TP de Laudan. Em trabalho posterior, onde se propõe a testar modelos de progresso científico, Laudan et al (1986, 163) apresenta essa como uma das similaridades entre os dois modelos. Segundo os autores, as especificidades do PPC de Lakatos fica por conta sua capacidade de determinar quais serão os únicos problemas importantes dentro do domínio, além de possuírem elementos que só serão abandonados no momento em que todo o PPC for abandonado.

Sabendo agora o que é um PPC, como podemos avaliá-los?

Primeiramente, enquanto a heurística positiva conseguir delimitar os problemas teóricos e formular novas hipóteses auxiliares, permitirá aos praticantes do programa de pesquisa apenas tomar conhecimento das anomalias e refutações sem realmente ter que resolvê-las. “Com expediente suficiente e alguma sorte, qualquer teoria pode ser

²Versão de Laudan para PPC.

«progressivamente» defendida por longo tempo, mesmo sendo falsa” (LAKATOS, 1978a, 32).

Conquanto a assertiva acima demonstra a possibilidade de perpetuação de um PPC por tempo indeterminado, mesmo se já recorrentemente refutada pelos programas de pesquisa concorrentes, Lakatos fornece um modo de determinar até que ponto um programa é progressivo ou regressivo, se está sendo ultrapassado por um concorrente, e mesmo quando já deve ser considerado completamente instinto, ainda com base em sua heurística positiva³. A “alteração de problemas progressiva”, ou seja, um PPC que está a progredir, ocorre enquanto o programa antecipar teoricamente o desenvolvimento empírico; enquanto a ocorrência do contrário, ou seja, explicações teóricas vindo a apenas explicar o fato observado empiricamente, e sem uma contribuição para a previsão de *novel facts*, ou seja, sendo *ad hoc*, teremos uma estagnação, ou melhor, uma “alteração de problemas degenerativa”. Se um PPC é mais progressivo que o seu rival, ele o irá ultrapassar, com a possibilidade do degenerativo “poder ser eliminado (ou, se preferirem, «arquivado»)” (LAKATOS, 1978a, 33).

Essa teoria do progresso científico está, então, baseado no que Lakatos (1979) chama de *falsificacionismo metodológico sofisticado*, algo que o distinguirá dos outros modos de falsificação menos evoluídos, como discutido em Ball (1976). Para que um PPC “falsifique” (o que não implica a completa anulação como na metodologia popperiana) um concorrente, sua heurística positiva deve desenvolver mais novas proposições testáveis que o anterior, além de conseguir corroboração empírica para tudo aquilo anteriormente explicado adicionado de corroborações de novas proposições. Implícito nos argumentos colocados até o momento, está a necessidade da existência de uma PPC progressivo rival para que um PPC degenerativo possa um dia vir a ser abandonado.

É com base nesse arcabouço que Burawoy (1990), Haycock (1992), Dussel (1999) e Muñoz (2013) caracterizam o que eles consideram como um Programa de Pesquisa Científica Marxista, enquanto Bernstein (1981) o faz para o Programa de Pesquisa Científica da Historiografia Marxista e Paramio (1993) para o Materialismo Histórico. Analisaremos, a seguir, alguns desses trabalhos no intuito de identificar o que seria o *núcleo duro* de um PPC Marxista, assim como suas heurísticas positivas.

3 O PROGRAMA DE PESQUISA CIENTÍFICA MARXISTA

Todos os trabalhos a serem analisados consideram a existência de um PPC marxista, apesar de o próprio Lakatos ter assinalado o contrário, alegando que o marxismo nunca foi capaz de produzir novos fatos corroboráveis com sucesso: “[...] the early predictions of Marxism were bold and stunning but they failed” (LAKATOS, 1978b *apud* BURAWOY, 1990, p.778). Ainda assim, cada autor contribui à essa abordagem e desenvolve sua própria percepção do que estaria no núcleo duro desse PPC, além de diferentes análises de sua heurística positiva.

Partindo da análise de Shaw (1978), que já alega a possibilidade de se considerar um PPC da teoria Marxista da história, Bernstein (1981) constrói sua análise

³Segundo Lakatos (1978), essa é uma influência popperiana em sua MPPC, o distanciando do convencionalismo de Duhem.

baseando-se em critérios mínimos para que se identifique um Programa de Pesquisa⁴. Assim, o autor tenta demonstrar que existe um centro em comum nos desenvolvimentos da historiografia Marxista, os diferenciando de historiadores não-Marxistas, o que, caso não ocorresse, daria base para a contestação de sua própria existência.

The base line for Marx, and I believe Marxists in general, is man as a sentient, laboring animal interacting "dialectically" with physical nature, reifying and objectifying himself in the product of his labor. This capacity of man alone to create the means of his own existence by labor is what marks him out from the plenitude of nature. The "science of history" for Marx is the record of the advance of material life; its proper subject is productive activity, analyzed in terms of the productive forces and the social relations of production which correspond to those burgeoning forces. (BERNSTEIN, 1981, p. 436)

Por mais que mudanças já tenham sido propostas ao que o autor chama de "leitura fundamentalista" de Marx⁵, Bernstein argumenta que existe um núcleo inicial, que o diferencia dos demais, a saber: "Marxist explanations continue to fixate on economic and social factors: the so-called material conditions which at once envelop and are created by homo fabricus." (*Ibidem*, p. 437). Para o autor, essa proposição, altamente progressiva no período em que foi formulada formulado por Marx, mais facilmente entendida como uma relação entre a base material e a superestrutura, era claramente ignorada pelos antecessores do filósofo alemão, correntemente acusados de serem idealistas.

Sendo assim, o núcleo duro do PPC de historiografia marxista, para Bernstein, aquele que deve ser protegido a todo custo pelos cientistas da área, consiste:(1) **Dainteração base-superestrutura**, com a possibilidade de determinação da primeira sobre a segunda, ou seja, a possibilidade de um determinismo econômico, sem que seja esse o caminho analítico único a ser seguido;(2) Da periodização histórica desenvolvida por Marx e Engels. Enquanto não há obrigatoriedade de que a humanidade realmente tenha seguido unilinearmente a **sequência de modos de produção** (asiático-primitivo-feudal-capitalista), esse é o caminho inicial que a pesquisa deve tomar; (3) De se considerar que a força que rege o avanço da civilização ocidental é o **processo dialético** de resolução de contradições e inconsistências na relação base-superestrutura⁶; (4) **Daluta de classes** como fator determinante para mudanças na sociedade, a força motora

⁴"(a) the existence of a "negative heuristic" or central core of basic statements, either protected absolutely (Lakatos) or reasonably stable (Laudan) [...] (b) a group of specific theories which ought to be explanatory, or predictive, or in some way directly or indirectly testable. [...] (c) the identification of a central substantive achievement to serve as model or paradigm. [...] (d) epigoni explicating the achievement, identifying legitimate problems, and establishing methodological guidelines for their solution. [...] (e) self-conscious awareness in a community of researchers that they belong to a common tradition although that recognition may well be largely tacit (say, for example, the Radical Science Group); (f) the existence of an internal dynamism of conflicting approaches, changing allegiances, and, in many cases, convergence over time on a central issue."(BERNSTEIN, 1981, p. 433)

⁵Um exemplo de leitura fundamentalista, para o autor, é Cohen (2000 [1978]) (que posteriormente será considerado como parte do marxismo analítico), enquanto uma leitura antifundamentalista está presente em Ollman (1971).

⁶"Indeed, dialectics comes close to being the Marxist law of inertia, for like constant rectilinear motion in classical mechanics, change is natural, that is, requires no special explanation, no referenceto dysfunction or extraordinary departure to make it intelligible." (Bernstein, 1981, p.443)

da história; (5) Da **mudança e transformação** como normas da organização humana; (6) Da **rigidez na sucessão dos eventos históricos**, que permite sua previsão (em certo grau); (7) Da conclusão de que a historiografia Marxista é normativa, “as well as descriptive, and in the final analysis, teleological and chiliastic as well” (BERNSTEIN, 1981, p.445).

No que diz respeito à heurística positiva, o autor faz uma breve análise, focando-se no exemplo dos escritos de Lenin, e como sua teoria do imperialismo veio como tentativa de corrigir as teorias marxistas sobre a pauperização da classe trabalhadora nos países avançados do ocidente. No entanto, uma avaliação sobre o PPC no sentido de ser degenerativo ou progressivo é evitada. Bernstein alega que uma avaliação final de PPC fora das ciências naturais perde sentido se feita nos termos de Lakatos, já que, por exemplo, na área da História, um fato sempre apresentará um carácter *ex post facto*. A possibilidade de toda a teoria ter sido apreendida e assimilada pela profissão seria algo mais sugestivo para se considerar esse um PPC degenerativo, permanecendo à frente apenas pelas incapacidade dos PPCs rivais até o momento (1981, no caso).

Por sua vez, Burawoy (1990), além de apresentar um núcleo duro diferente, nos traz uma análise mais profunda, e condizente com o que se espera de uma análise lakatosiana da filosofia da ciência, para a heurística positiva. Nessa última ele apresentará os desenvolvimentos teóricos que surgiram ao longo do tempo e quais as situações que o os requereram com forma de superar desafios colocados ao cinturão protetor desse PPC.

A partir do apontamento do próprio Marx, no prefácio da *Contribuição à crítica da Economia Política*, de que o Materialismo Histórico é o guia de todos os seus estudos, Burawoy encontra nesses mesmos escritos a descrição do que seria o núcleo duro do PPC Marxista.

As similaridades entre a análise de Michel Burawoy e a de Howard Bernstein são os pontos (1)⁷, (2)⁸ e (4)⁹ apresentados acima. A isso Burawoy adiciona:(a) a transformação da natureza pelo homem como modo da produção de sua existência (Marx, 2011 [1859], p.5); (b) a relação entre forças produtivas e relação de produção como forma de evolução de um modo de produção (MD) (*Ibidem*);(c) a necessidade da satisfação das condições materiais para o avanço do MD (*Ibidem*, p.6); (d) e que o Comunismo, ao contrário dos MD anteriores, só toma forma a partir de uma transição consciente e coletiva, onde ocorre o fim dos antagonismos sociais e o início da emancipação individual (*Ibidem*).

Vale apontar que Burawoy flexibiliza a estabilidade do núcleo duro de Lakatos, ao considerar que não só o núcleo duro pode se desenvolver ao longo do tempo (algo aceito dentro da MPPC), mas também inclui a possibilidade núcleos sobrepostos, que podem dar vida a ramos diferentes dentro do mesmo PPC, que, mesmo assim, continuariam interconectados. Isso, no entanto, não quer dizer que o núcleo duro possa ser completamente violado¹⁰.

⁷Sem as considerações sobre total determinismo ou não.

⁸Sem a discussão da obrigatoriedade ou não da sequência ser seguida à risca.

⁹Mais especificamente como motor da substituição de um modo de produção por outro.

¹⁰Isso é importante, para o autor, para separar o modo como o marxismo ortodoxo soviético se desenvolve separadamente de um marxismo ocidental, formando ramos diferentes do mesmo PPC

Analisando agora a heurística positiva, o autor apresenta as anomalias que desafiaram o PPC desde o final do século XIX. O não colapso do capitalismo derivado da concentração e centralização do capital (mas a formação de um capitalismo de monopólios), além da falta de vigor da classe operária na luta revolucionária, foram as primeiras. A solução para isso veio de três formas: a de Eduard Bernstein¹¹, revisionista, negando os pontos (4), (b) e (d) do núcleo duro, e se desviando completamente do PPC; a de Karl Kautsky¹², se mantendo ao programa original, e traçando uma heurística com conteúdo empírico inferior, portanto traçando uma alternativa degenerativa ao PPC; e a de Rosa Luxemburgo¹³, mantendo o núcleo duro e criando novos fatos testáveis, alguns refutados posteriormente e outros corroborados, como a antecipação da crise democrática alemã e a ascensão do Fascismo e sua análise da Revolução Russa.

Outras análises são feitas pelo autor, como as das obras de Lênin, Trotsky, Gramsci, Hilferding, Lukács e da Escola de Frankfurt.

Em sua divisão de ramos sobrepostos do PPC Marxista, Burawoy chega à conclusão de que o *ramo do Marxismo Soviético* é altamente degenerativo. No entanto, o marxismo continua vivo, não só pela crescente negação da ortodoxia soviética, e também de sua incapacidade em trazer uma compreensão em relação ao capitalismo, que continua mergulhado dentro de suas próprias irracionalidades.

Outras anomalias continuaram a aparecer, assim como afirmação sobre o fim do marxismo. Esse é o ponto de partida de Haycock (1992), que utiliza a MPPC¹⁴ como forma de verificar se essas afirmações eram válidas dentro de um arcabouço teórico mais consistente. O autor, em conclusão, observa uma tendência degenerativa no PPC Marxista, que necessita urgentemente de uma mudança criativa, inclusive em seu núcleo duro. No entanto, isso não é suficiente para previsões de longo prazo (o fim do PPC), que para ele enfrenta uma crise maior por motivos sociológicos-políticos-ideológicos.

Existem ainda outras obras que discutem o assunto, da caracterização de um PPC Marxista, e sua tendência degenerativa ou progressiva, como citado anteriormente. No entanto, nem todos conseguem aplicar o MPPC de Lakatos de modo consistente. Após apresentar essas formulações, o objetivo da próxima seção é o de discutir o que representa o MA para o PPC Marxista.

4 MARXISMO ANALÍTICO DENTRO DO PPC

O Marxismo analítico é um ramo de estudos baseado em uma análise da obra de Marx a partir da filosofia analítica¹⁵, desembocando em uma aproximação estreita com

¹¹ No livro "The preconditions of Socialism" (Die Voraussetzungen des Sozialismus), de 1899.

¹² No livro "The Class Struggles", de 1891.

¹³ Nas obras "Reform or Revolution", de 1899, "The Accumulation of Capital" de 1913 e "The Junius Pamphlet", de 1915.

¹⁴ Assim Haycock caracterizou o PPC: "The hard core of Marxian research program includes its meta-history (the succession of modes of production) and its operational theory (what in the capitalist mode of production impels toward its appointment with the transition). This operational theory of the Marxian program arguably includes the falling rate of profit, itself dependent upon changes in the organic composition of capital and the labor theory of value" (HAYCOCK, 1992, p.176)

¹⁵ "Analytical philosophy presents itself as a way to decompose any complex set of elements into single elements, clearing up all the redundant ones. Any ambiguous expression must be given a logical form.

a teoria neoclássica, inclusive com a ideia de escolha racional, e ganhando adeptos principalmente dentro dos países de língua inglesa (TARRIT, 2006). Esse ramo do Marxismo surge como resposta, a partir do fim dos anos 1970, principalmente, às derrotas dos regimes comunistas (CARLING, 1997), e em propósito do reavivamento do marxismo, tendo como principais nomes Gerald Cohen, John Roemer e Jon Elster.

Longe de poder ser considerado um grupo homogêneo¹⁶, o *September Group*, também conhecido como *Non-Bullshit Marxism*¹⁷, tem como pioneiro o trabalho de Cohen [2000 (1978)], que advoga em favor do materialismo histórico, no entanto sob a ótica da filosofia analítica e da lógica positivista. Seguindo essa linha, Elster (1982) aponta que uma das grandes falhas do Marxismo é, até então, não ter sido capaz de avaliar criticamente a ciência social burguesa, separando aquilo que é aproveitável daquilo que deveria realmente ser descartado. É assim que o autor justifica a utilização do Individualismo Metodológico, outro ponto de debate dentro do MA, como mostra Tarrit (2006).

Essa abordagem, apesar de ganhar alguns adeptos (muitos dos quais não marxistas), gerou uma série de duras críticas, como pode ser visto em Weldes (1989) e Amariglio, Callari e Cullenberg (1989), assim como alegações de que não deveria ser considerada Marxismo (LEBOWITZ, 1988; BURAWOY, 1986). Burawoy (1990) considera a tentativa do MA como falha, assim como o Pós-Marxismo, principalmente por não conseguir superar as dificuldades colocadas pelo fim do socialismo de estado. No entanto, o autor não aprofunda as proposições da teoria dentro do PPC Marxista de maneira mais consistente, algo que tentaremos realizar.

As análises do Programa de Pesquisa Marxista apresentadas na seção anterior têm ligação direta com o prefácio da obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*, contudo, como aponta Tarrit (2006, 598), os Marxistas analíticos rejeitam a possibilidade de que ali esteja cristalizada a base teórica de Marx, considerando-o um mero rascunho. Fica claro que, então, esperamos violações diretas ao núcleo duro do PPC analisado.

Uma questão central para esse ramo é a negação completa da dialética dentro do Marxismo: “In each sense of 'analytical', to be analytical is to be opposed to a form of thinking traditionally thought integral to Marxism: analytical thinking, in the broad sense of 'analytical', is opposed to so-called 'dialectical' thinking” (Cohen, 2000, xvii). Negar isso é importante para concluir que o marxismo não seja distinto de outras teorias enquanto método, e, ao retirar essa questão de sua posição central, possibilitar a inclusão da “rica metodologia *mainstream*” (*Ibidem*, tradução própria).

Para essa finalidade, de acordo com Callinicos (2009:75), mais precisamente para a inclusão do individualismo metodológico, foi de grande importância a negação da teoria do valor-trabalho (TVL) e da tendência decrescente da taxa de lucro. Enquanto a segunda era um comum acordo dentre todos os componentes do MA, sob forte

Analytical philosophy can be defined as an atomistic revolt against Hegelian holism” (TARRIT, 2006, 598). Sendo assim, temos a completa rejeição da dialética.

¹⁶ Como afirma Tarrit (2006), o grupo é melhor caracterizado pelo que nega dentro da teoria marxista. Uma das grandes divergências, por exemplo, diz respeito à utilidade da explicação funcionalista, que pode ser parcialmente visto dentro da edição 11, número 4, da revista *Theory and Society*, de 1982.

¹⁷ “And when a set of Marxists or semi-Marxists, who, like me, had come to abhor what we considered to be the obscurity that had come to infest Marxism—when we formed, at the end of the 1970s, a Marxist discussion group that meets annually, and to which I am pleased to belong, I was glad that my colleagues were willing to call the Non-Bullshit Marxism Group.” (COHEN, 2002, p.322)

influência das equações simultâneas empregadas pelos neo-ricardianos (*Idem*, p.77-8)¹⁸, para a segunda, a formulação de uma teoria da exploração justificada pelas relações de propriedade, e não pela TVL, feita por Roemer (1993)¹⁹, foi de grande essencial.

Para Roemer, a exploração vista como o repasse ao trabalhador, por meio de salários, de um valor menor do que aquilo que ele produziu, é apenas um caso especial da exploração, assim com o são a “exploração feudal, a exploração socialista, a exploração por status, e a ‘exploração neoclássica” (*Idem*, p.81, tradução própria). Sua própria teoria da exploração seria, então, de validade universal, e construída a partir do que ele considera ser a mesma preocupação de Marx, a saber: o persistente aumento concentração da riqueza nas mãos de uma classe, em um modo de produção onde o trabalho já não é por coerção, apesar da diferença no poder de barganha.

Divergindo do entendimento de Marx do que é a exploração, e aproximando do conceito neo-ricardiano, que seria uma mera questão de distribuição do produto social, como afirma Callinicos (2009, 82), Roemer observa a persistência desse fenômeno no modo de produção socialista de sua época, apesar do fim das classe (o que que deve ser considerado uma anomalia nos termos tratados na seções anteriores). Com isso, o autor propõe uma teoria onde a exploração acontece não por questões de propriedade privada dos meios de produção, mas de trocas desiguais, o que poderia ser generalizado para todos os casos apontados anteriormente²⁰. Para alcançar esse objetivo, Roemer (1993, 84) inicia com um modelo de equilíbrio geral simples, com apenas dois produtores que trabalham para si mesmos e não possuem contratados (é um modelo pré-capitalista, sem mercado de trabalho). Surpreendentemente, é encontrada exploração no sentido marxista, o que, para ele, demonstra a possibilidade de se explicar exploração sem a existência de classes.

A justificativa para tal resultado é a possibilidade de um equilíbrio onde um produtor trabalhe menos que o outro para a própria subsistência, por ter iniciado o período com uma dotação (riqueza) maior. Aqui fica claro como Roemer realmente entende a exploração meramente como uma distribuição do produto. Além disso, o autor permite que um dos produtores tenha mais opções de produção, por possuir um capital financeiro (a dotação inicial), nas palavras dele, para imobilizar durante o processo produtivo, podendo escolher por atividades mais intensivas em capital, resultando em necessidade menor de horas trabalhadas para suprir suas necessidades.

Ora, se ambos produzem os mesmos produtos, o valor a ser trocado seria o socialmente necessário, e ele levaria vantagem²¹, no entanto, há um pressuposto de mesmo nível tecnológico, o que anula essa possibilidade. Se eles produzem produtos diferentes, e não há possibilidade de caridade, as horas que cada um leva para realizar sua produção é exatamente igual ao socialmente necessário, o que implicaria, na

¹⁸O argumento mostra que o aumento na composição orgânica do capital, causada pelo aumento da produtividade, será compensada por um barateamento do capital constante, também causa pelo aumento da produtividade, anulando a tendência ao decréscimo da taxa de lucro.

¹⁹Originalmente publicado em 1982, na revista *Politics and Society*.

²⁰Essa teoria é desenvolvida com maior grau de formalidade em Roemer (1980) e Roemer (1982).

²¹Por exemplo: Se um necessita de 13 horas para produzir algo que o outro necessita de 15 horas, e sendo o tempo socialmente necessário 14 horas para esse produto, o que estaria acontecendo é que, ao chegar ao mercado, o primeiro estaria adquirindo produtos equivalentes a 14 horas com suas 13 horas trabalhadas, enquanto o segundo estaria adquirindo produtos no valor de 14 horas com suas 15 horas trabalhadas. No modelo acima isso não aconteceria também pois se realmente eles produzissem o mesmo produto, não haveria sentido de troca, no entanto estamos aceitando como abstração para a análise do conteúdo apresentado.

realidade, em, ou uma não satisfação das necessidades daquele que iniciou o período com a menor dotação, ou uma acumulação ainda maior de riqueza daquele que iniciou com uma maior dotação. Isso não ocorre pois Roemer estabelece que ambos parem de produzir no momento em que já possuem o suficiente para satisfazer suas necessidades, que são iguais. Sendo assim, a “exploração”, mesmo no sentido limitado estabelecido pelo autor, é mais resultado de seus pressupostos de seu modelo, dificilmente podendo ser considerado como evidência de uma “exploração sem classes”.

No modelo seguinte, adiciona-se um mercado de trabalho, mas com os demais pressupostos intactos. Aqui, o autor afirma ter desenvolvida uma explicação endógena para o surgimento de classes, pois ela surge sem que haja a necessidade de um excedente de produto, já que ainda há a pressuposição de produção para subsistência. Sendo assim, as conclusões do autor, até o momento, são que: **(i)** não há necessidade de relações trabalhistas entre indivíduos, tampouco formação de excedente, para que haja exploração; **(ii)** não há necessidade de excedente para que haja uma divisão de classes.

Mesmo retirando a possibilidade do mercado de trabalho, o que faz no terceiro modelo, e adicionando um mercado de crédito, Roemer (1993) afirma conseguir reproduzir uma estrutura de classes onde não há necessidade de produção de excedente. Essa é o último modelo onde tenta eliminar a necessidade de uma teoria do valor trabalho para sua explicação marxista. Nele todos trabalham o mesmo número de horas, produzindo a mesma quantidade, enquanto a diferença de riqueza inicial que possibilitava a compra de diferentes quantidades de meios de produção é equilibrada pela possibilidade de empréstimo. No fim, todos empregam a mesma quantidade de trabalho, no entanto, a exploração se dá através dos juros cobrados pelos empréstimos. Novamente vê-se a questão da exploração ligada unicamente à distribuição final do produto. “These results thus force a re-evaluation of the classical belief that labour process is at the centre of the Marxian analysis of exploitation and class” (ROEMER, 1993, p.93).

O que o MA faz, e isso fica claro na teoria geral da exploração de Roemer, é selecionar partes da teoria marxista que possam ser encaixadas dentro da filosofia analítica, modo mais geral, e na metodologia neoclássica, nesse caso específico. A aceitação das críticas neo-ricardianas possibilitam a criação de novas teorias que propõe fatos verificáveis, que, à primeira vista, poderiam formar uma nova heurística positiva, dessa forma reestruturando o PPC Marxista com base nas anomalias verificadas ao longo do tempo. No entanto, observa-se que essas teorias são formuladas com base em pressupostos que são contrários ao que poderia se entender como núcleo duro do PPC.

Se utilizamos o conceito de Bernstein (1981), o ponto (3) é violado muito claramente, já que a tentativa de ignorar a dialética é explícita. Ademais, considerando que o autor está implicando a não há ligação entre exploração e alienação²², como se pode afirmar que o modo de produção comunista será alcançado através da consciência dessa exploração, e que fim das classes, aqui também desligada da questão da exploração, implicará no fim dos antagonismos sociais, como coloca o ponto (d)? E ainda, se há antagonismos sem classe, como essa última ser a força motriz da história (4)? Essas violações ficam ainda mais claras quando analisamos trabalhos como o de Przeworski (1993). Ao tentar analisar uma passagem para o socialismo, o autor afirma que mesmo com a tomada de consciência somada à luta dos trabalhadores, a tentativa

²²“Workers may feel alienated, to some extent, in a labour process that employs the detailed division of labour, one-man management, and soon, but whether exploitation exists [...] is another matter.” (ROEMER, 1993, p.94)

inicial de estatização e divisão dos meios de produção, ou quaisquer outras estratégias, gerariam reações automáticas dentro do ainda existente modo de produção capitalista, impedindo o sucesso da empreitada. Além disso, uma revolta mais radical impediria a continuidade da produção, levando toda a sociedade a perecer. “The material interests of workers under capitalism do not lead them to opt for socialism because the process of transition must involve a deterioration of the material conditions of workers” (PRZEWORSKI, 1993, 180). “[...] a militant pursuit of economic interests is not sufficient to pass smoothly to socialism” (*Ibidem*, 178)²³.

Outra questão deve ser problematizada, como observado por Weldes (1989): ao optar pelo individualismo metodológico, os autores implicam que apenas indivíduos observáveis, e não estruturas sociais não observáveis, são a base para explicação dos fenômenos estudados. Por exemplo, “[p]ara Elster, não é possível explicar os fenômenos sociais a partir da idéia de ‘classe’, ‘interesse de classe’, ‘capital’ e ‘Estado’, por exemplo. Na verdade, essas entidades, assim pensadas, não existem.” (PERISSIONATO, 2010, 120). Para Weldes, isso nega o núcleo duro do que ela considera como a Tradição de Pesquisa Marxista.

Sendo assim, apesar do MA propor uma série de modificações na análise marxista que podem ser identificadas como heurística positiva, no sentido de trazer novos fatos a serem corroborados de modo a propiciar a progressividade do PPC, a clara negação do núcleo duro do programa, assim como brevemente apontado por Burawoy (1990), nos faz considerar esse grupo de pesquisadores como não pertencentes ao Programa de Pesquisa Científica Marxista.

5 CONCLUSÃO

Ao estender e aprofundar a análise iniciada por Burawoy, pudemos justificar o porquê de o Marxismo Analítico não representar uma continuidade ao Programa de Pesquisa Científica Marxista definido anteriormente. Apesar de apresentar sim fatos novos que podem ser testados empiricamente, e provavelmente mais facilmente testáveis por sua clara proximidade com o positivismo, esse ramo do Marxismo, se assim pode ser considerado, nega uma série dos postulados do núcleo duro do PPC definido pelos autores apresentados na seção 3.

Deste modo, devemos reafirmar a análise de Burawoy. Mesmo formado por uma diversidade de interpretações, o MA não deve ser considerado dentro da evolução do Marxismo enquanto ciência, seja pela negação da dialética, ou da luta de classes com motor da história, ou da consideração do Comunismo como ponto de chegada do fim dos antagonismos de classe. Talvez, se considerarmos a proximidade apontada por Alex Callinicos entre essa abordagem e as críticas Neo-Ricardianas, seja nesse último que o MA represente uma evolução do ponto de vista científico.

²³Como dito anteriormente, o Marxismo Analítico está longe de ser uma escola de pensamento minimamente homogênea, apesar de seus membros se identificarem sob essa alcunha. Com isso se explica a explícita negação de Cohen (1993) de que toda história é a história da luta de classes. Mas é importante lembrar que sua interpretação funcionalista de Marx é abertamente criticada por diversos autores, como Elster e Roemer, os principais desenvolvedores do Individualismo Metodológico para o Marxismo.

6 BIBLIOGRAFIA

AMARIGLIO, Jack; CALLARI, Antonio; CULLENBERG, Stephen. Analytical Marxism: A critical Overview. **Review of Social Economy**, v.47, n.4, p.415-432, 1989.

BALL, Terence. From Paradigms to Research Programs: Toward a Post-Kuhnian Political Science. **American Journal of Political Science**, v.20, n.1, p.151-177, 1976.

BERNSTEIN, Howard R. Marxist Historiography and the Methodology of Research Programs. **History and Theory**, v.20, n.4, p.424-449, 1981.

BLAUG, Mark. Kuhn versus Lakatos, or paradigms versus research programmes in the history of economics. **History of Political Economy**, v.7, n.4, p.399-433, 1975.

BURAWOY, Michael. Review: Making Nonsense of Marx. **Contemporary Sociology**, v.15, n.5, p.704-707, 1986.

BURAWOY, Michael. Marxism as Science: Historical Challenges and Theoretical Growth. **American Sociological Review**, v.55, p.775-793, 1990.

CALLINICOS, Alex. **Making History**: Agency, Structure, and change in social theory. Chicago: Haymarket Books, 2009.

CARLING, Alan. Analytical and Essential Marxism. **Political Studies**, v.45, p.768-783, 1997.

COHEN, Gerald. Forces and relations of production. In ROEMER, John (Ed.). **Analytical Marxism**. New York: Cambridge University Press, 1993.

COHEN, Gerald. **Karl Marx's Theory of History**: A Defense. Princeton: Princeton University Press, 2000 [1978].

COHEN, Gerald. Deeper into Bullshit. In BUSS, Sarah; OVERTON, Lee. **Countours of Agency**: Essays on Themes from Harry Frankfurt. Cambridge: The MIT Press, p. 321-339, 2002.

DUSSEL, Enrique. El programa científico de investigación de Carlos Marx (Ciencia social funcional y crítica). **Revista Herramienta**, n.9, 1999.

ELSTER, Jon. Marxism, Functionalism and Game Theory: The case for Methodological Individualism. **Theory and Society**, v.11, n.4, p. 453-482, 1982.

HAYCOCK, J. W. The crisis of Marxism in Post-Positivist Perspective. **Review of Radical Political Economics**, v.24, n.3, p.166-185, 1992.

LAKATOS, Imre. **História da Ciência e suas reconstruções racionais**. Lisboa: Edições 70, 1978a.

LAKATOS, Imre. **The methodology of Scientific Research Programmes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978b.

LAKATOS, Imre. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In Lakatos, Imre; Musgrave, Alan. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**, São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

LAUDAN, Lauren. **Progress and its problems: Towards a Theory of Scientific Growth**. Berkeley: University of California Press, 1977.

LAUDAN, Lauren; DONOVAN, Arthur; LAUDAN, Rachel; BARKER, Peter; BROWN, Harold; LEPLIN, Jarret; THAGARD, Paul; WYKSTRA, Steve. Scientific change: Philosophical models and historical research. **Synthese**, v.69, n.2, p.141-223, 1986.

LEBOWITZ, Michael. Is “Analytical Marxism” Marxism? **Science & Society**, v.52, n.2, p. 191-214.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011 [1859].

MUÑOZ, Jesús. The power of Marx-Engels Scientific Research Program and its fulfilled predictions: A note on heterodox epistemology. **World Review of Political Economy**, v.4, n.1, p.63-85, 2013.

OLLMAN, Bertell. **Alienation: Marx’s concept of man in capitalist society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

PARAMIO, Ludolfo. El materialismo histórico como programa de investigación. In: ESPINOSA, Emilio L.; IBANEZ, José Enrique R. **Problemas de teoría social contemporánea**, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, p.551-590, 1993.

PERISSONATO, Renato. Marxismo e Ciência Social: Um balanço crítico do marxismo analítico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.25, n.73, p.113-177, 2010.

PRZEMORSKI, Adam. Material Interests, class compromise, and the transition to socialism. In ROEMER, John (Ed.). **Analytical Marxism**. New York: Cambridge University Press, p.162-188, 1993.

ROEMER, John. A General Equilibrium Approach to Marxian Economics. **Econometrica**, v.48, n.2, p.505-530, 1980.

ROEMER, John. Origins of Exploitation and Class: Value Theory of Pre-capitalist Economy. **Econometrica**, v.50, n.2, p.163-192, 1982.

ROEMER, John. New directions in the Marxian theory of exploitation and class. In ROEMER, John (Ed.). **Analytical Marxism**. New York: Cambridge University Press, 1993.

SHAW, William H. **Marx’s Theory of History**. Stanford: Stanford University Press, 1978.

TARRIT, Fabien. A Brief History, Scope, and Peculiarities of “Analytical Marxism”. **Review of Radical Political Economics**, v.38, n.4, p.595-618, 2006.

WELDES, Jutta. Marxism and Methodological Individualism: A critique. **Theory and Society**, v.18, p.353-386, 1989.